



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001892-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para impressão.

PARECER JURÍDICO Nº 243 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP com vistas à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos para impressão, objetivando a revisão e o lançamento do Livro "Como Sentinelas Avançadas" e o livro "Revista Ações de Destaque", e o livro do "Relatório de gestão 2022/2023", com contornos iniciais definidos no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1067063](#)).

02. Registra-se que o pedido da compra foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133/21, com fulcro no art. 75, inciso I, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho n. 2286/2023 ([1067782](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no Documento de Formalização da Demanda - DFD, a contratação **não** exigirá a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º do art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à Comissão de Memória Eleitoral para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito, foram inicialmente juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Cotação de preços nº 1/2023 e anexo, com as regras da contratação ([1071387](#) e [1071401](#)), enviada a diversas empresas do ramo,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme comprovado pelos documentos juntados nos eventos [1072930](#) e [1074857](#);

II - Cotação de preços da **Rondoforms Editora e Gráfica LTDA** - CNPJ: **05.155.992/0001-40** ([1074907](#)) e documentos que comprovem a regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública ([1074929](#)), bem como licença ambiental simplificada de operação da cotante ([1074933](#));

III - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1075148](#)), no valor de **R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais)**;

IV - Termo de Referência n. 3/2023 - MEMORIA ([1075152](#)) que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação.

05. Por meio do Despacho n. 2531/2023 ([1076093](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaborar minuta de instrumento contratual e, por fim, a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

06. A Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1076843](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa RONDIFORMS EDITORA E GRÁFICA LTDA, CNPJ: **05.155.992/0001-40**, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, a **PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA** e a referida **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) N° 3/2023 - COMISSÕES/MEMORIA** ([1075152](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1074907](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

07. Em cumprimento ao referido despacho, a SECONT informou que deixaria de elaborar minuta de instrumento contratual em virtude do disposto no item 7.1 do Termo de Referência n. 3/2023, que instruiu que a Nota de Empenho substituirá o instrumento de contrato ([1076294](#)).

08. A COFC encaminhou à SAOFC, por meio da Solicitação n. 116/2023 ([1076521](#)), pedido para realizar ajuste no planejamento orçamentário de 2023 com o intuito de possibilitar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realização da contratação. Complementou informando que o ajuste pleiteado é compatível com as diretrizes da LDO e LOA 2023, procedimento autorizado pelo Secretário da SAOFC por meio do Despacho n. 2550/2023 ([1076581](#)).

09. A programação orçamentária da despesa foi juntada no evento [1077120](#), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

10. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

11. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0001892-76.2023.6.22.8000](#)) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

12. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

13. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3. Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.

14. De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a fase **preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

15. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexistência e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

16. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

17. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD

18. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela COMAP para o registro de sua demanda ([1067063](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se ainda que no próprio DFD, a unidade sugeriu a dispensa do Mapa de Riscos, Estudo Técnico Preliminar e indicação de Equipe de Planejamento e de gestão da contratação, fato este que foi acatado por meio do despacho GABSAOFC ([1067782](#)).

19. Também afastou o processamento da contratação por meio de dispensa eletrônica, prevista nos **arts. 28º e seguintes da IN TRE-RO n. 9/2022**, em função das seguintes razões:

(...)

A impressão dos livros se realizada por empresas gráficas da capital ou municípios vizinhos, aptos a participarem, após apresentação de propostas, em resposta a regular cotação de preços, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, tornará mais célere a logística de envio da matéria, aprovação das amostras, reprodução e entrega do volume total, tudo em prazo reduzido.

Aliado a isso, será priorizado o fomento ao emprego e à economia do comércio local, contemplando a inclusão e o critério social, com especial atenção à sustentabilidade nas contratações do órgão.

20. Verifica-se que as justificativas apresentadas pela unidade demandante são aptas para afastar o procedimento da dispensa eletrônica, estando em harmonia com as regras do § 2º do **art. 28 da IN TRE-RO n. 9/2022**. Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:

21. Verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, qual seja **a) a razão da escolha do fornecedor;** e **b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)** Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Quanto à justificativa do preço, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, havendo a unidade prestado as informações exigidas pelo referido formulário. No caso em análise o ICVEC foi juntado ao processo no evento [1075148](#) e demonstra que a cotação de preços nº 01/2023 foi expedida a diversas empresas do ramo. Contudo, a COMAP certificou ([1074865](#)) que apenas 1 (uma) empresa cotou o material pretendido, sendo que as demais informaram não realizar os serviços. Relatou, ainda, que fez diversas visitas às empresas gráficas de Porto Velho, porém essas restaram infrutíferas. Veja-se:

(x) Inciso IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

(...)

III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 65/21.

(x) Sim, todos.

Observação:

A COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA ([1071387](#)) foi enviada para mais de três empresas do ramo de serviços gráficos ([1074857](#)), mas recebemos resposta apenas de uma.

Diante disso, fizemos visita às empresas gráficas de PVH, com o mesmo formulário de Cotação e o modelo do livro em mãos, para obtermos mais propostas válidas, no entanto, ainda assim, infelizmente foi infrutífera a consulta presencial, conforme relatório abaixo:

(...)

23. Nesses termos, esta Assessoria Jurídica conclui que a unidade buscou de todas as formas realizar a cotação com empresas gráficas, porém obteve apenas uma proposta válida. Assim, estando comprovado o envio das cotações a diversas empresas do ramo - e mesmo a visita direta de servidores da unidade demandante com esse intuito - pode-se entender que há limitação de mercado para o objeto, admitida, de forma excepcional, a redução do número mínimo de três cotações válidas, de acordo com os comandos do **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário**.

24. Por tal motivo, resta demonstrado o cumprimento dos requisitos legais da **justificativa do preço** e da **razão da escolha do**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecedor, representado pela empresa ofertante do menor preço. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.2.1 Do fracionamento de despesa: Inocorrência

25. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([1075769](#)).

26. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei n. 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Verifica-se que o quadro juntado no evento ([1075769](#)) NÃO indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de serviços gráficos para impressão. Portanto, como o valor da contratação pretendida encontra-se no limite da dispensa legal, atualmente fixado em R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao requisito insculpido no **inciso II, art. 75, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.**

3.1.4 Análise do termo de referência:

28. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15º e seguintes da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela COMAP para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1075152](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - Definição do objeto - Capítulo 1;

II - A previsão no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO - Capítulo 2;

Vide registro no capítulo 5 do ETP.

III - Fundamentação da contratação - Capítulo 3;

IV - Descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

V - Requisitos da contratação - Capítulo 5;

IV - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

A unidade demandante previu nos itens 6.2 a 6.5 do TR a **exigência de licença ambiental das cotantes.**

Segundo registra, trata-se de atividade de fabricação ou industrialização enquadrada no Anexo I da **Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013** e que, dessa forma, apenas será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, exigido para aquisição de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades **potencialmente poluidoras ou utilizadoras de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursos ambientais (art. 17, I, da Lei nº 6.938/81). Citou, de forma exemplificativa, as categorias de fabricantes de produtos tóxicos.

Todavia, registra que, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral – os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.

Assim, defende que, para não introduzir distinções entre os comerciantes e fabricantes, entendia que a forma mais adequada de dar cumprimento à determinação legal seria inseri-la na obrigação do fornecedor comprovar licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades, comprovado por meio do evento Licença ambiental – critério de sustentabilidade - [1074933](#). Cita, como fonte o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, da AGU/CGU, publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União – 6ª edição (1062361), cuja utilização no âmbito deste TRE foi instituída por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES – [0981675](#).

Análise: Inicialmente, registra-se que a Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 mencionada no TR pela unidade demandante foi **expressamente revogada** pela [Instrução Normativa IBAMA 13, de 23 de agosto de 2021](#). Todavia, trata-se de erro material, vez que as regras acerca do tema continuam disciplinadas pelo novo regulamento.

Assim, o Anexo I que lista as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, traz no item 8.1 a atividade de Indústria de Papel e Celulose e nele **não** inclui em seus desdobramentos a **comercialização** dos produtos originados da celulose, apenas o fabrico. Nessa linha, tem-se como acertada a dispensa da exigência do registro das empresas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos ambientais instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Quanto à exigência da licença ambiental, verifica-se que essa decorre de previsão contida em legislação ambiental do município de Porto Velho para a atividade de comercialização de impressos gráficos e fabricação de produtos em papel ([1074933](#)).

V - Modelo de execução do objeto - Capítulo 7;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se, conforme item 7.1. do TR, que o **instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho**, conforme artigo 95, da Lei n. 14.333/21, sendo as regras da Cotação de Preços e deste Termo de Referência partes integrantes do instrumento de contrato, independentemente de sua transcrição.

VI - Modelo de gestão do contrato: Capítulo - 8;

VII - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;

VIII - Reajuste contratual: Capítulo - 10;

IX - Estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

X- Aderência orçamentária: Capítulo - 12;

XI - Forma de seleção do fornecedor: - Capítulo 13;

XII - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 14;

XIII - Conclusão - Capítulo 15.

29. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência n. 03/2023 ([1075152](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

IV – CONCLUSÃO

30. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda - COMAP ([1067063](#)), da informação conclusiva valor estimado da contratação - ICVEC ([1075148](#)) e do Termo de Referência n. 03/2023 - COMAP ([1075152](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 4/2023, podendo ser aprovados pela autoridade administrativa;

II - Pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no **inciso II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021**, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, **diretamente** com a empresa **Rondoforms Editora e Gráfica**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LTDA - CNPJ: 05.155.992/0001-40, única empresa a apresentar proposta, no valor de **R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais)**, havendo ainda comprovado os requisitos mínimos para contratar com a Administração Pública ([1074929](#)) e apresentado a licença ambiental exigida ([1074933](#)).

Conforme já apontado no item 9 deste parecer a programação orçamentária para a despesa foi juntada no evento [1077120](#)

31. Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Steele Góes, Estagiário**, em 27/10/2023, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 27/10/2023, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1078279** e o código CRC **F735D480**.